

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO CAIXA GERAL - BRASIL - 1º SEMESTRE 2012

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") completou, neste semestre, 3 anos de atividades após a sua entrada em operação em abril de 2009. Tendo como estratégia ser um banco de atacado e investimento, o Banco Caixa Geral - Brasil, servindo-se da rede do Grupo Caixa Geral de Depósitos ("Grupo CGD") presente em 24 países, apóia as ligações comerciais e de investimentos que os seus clientes brasileiros têm estabelecidas na Europa ou na África e, também, os movimentos dos clientes do Grupo CGD presentes no Brasil.

A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais envolvendo o Brasil fizeram com que o Grupo CGD reforçasse seu investimento no país, por um lado dotando o Banco de uma sólida base de capital e por outro lado, adquirindo uma Corretora de Valores, importante ferramenta para sua atividade no mercado de capitais brasileiro e para o atendimento de seus clientes pessoas físicas e investidores institucionais.

O Banco Caixa Geral - Brasil possui oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras. O Banco também desenvolve atividades de banco de investimento, tais como assessoria a financiamento de projetos, fusões e aquisições, financiamentos estruturados e operações de mercado de capitais, tanto dividida quanto ações. As atividades direcionadas ao atendimento de pessoas físicas e investidores institucionais completam sua oferta de produtos e serviços, a qual engloba investimentos em renda fixa, serviços de corretagem, derivativos e câmbio.

O Banco Caixa Geral - Brasil registrou avanços na consolidação dos seus negócios quando comparado ao mesmo período de 2011 e obteve, globalmente, bom desempenho operacional e financeiro.

A conjuntura favorável da qual o Brasil se beneficia, as necessidades de investimentos nas áreas de Infraestrutura, petróleo, gás e turismo, a crescente internacionalização das empresas brasileiras e, a evolução nas relações econômicas entre Brasil, Portugal e a África de Língua Portuguesa permitiram ampliar a base de clientes do Banco e concluir um conjunto de transações de destaque, mencionadas neste relatório.

O futuro da Instituição tem como orientação a continuidade da sua estratégia de banco de atacado e de investimento, o desenvolvimento da sua oferta de produtos e serviços, e a maturação do recente investimento realizado com a aquisição de uma corretora de valores.

Apresentamos, a seguir, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil relativos ao semestre findo em 30 de Junho de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2.2 Captação de Terceiros

O Banco Caixa Geral - Brasil vem crescendo consistentemente a sua captação de recursos de terceiros, tendo encerrado o primeiro semestre de 2012 com um crescimento de 39%, quando comparado ao mesmo período de 2011, em que se destacam as captações através de depósitos e letras financeiras no montante de R\$ 419,6 milhões feitos por empresas, investidores institucionais e pessoas físicas, e repasses do BNDES no montante de R\$ 22,2 milhões.

Captações (BRL 000)	jun/11	jun/12	Δ %	Δ Valor
Captações no Mercado Aberto	93.584	37.241	-60%	(56.344)
Depósitos Totais	254.876	411.942	62%	157.066
Empréstimos no Exterior	–	6.062	100%	6.062
Letras Financeiras	1.150	7.695	569%	6.545
Repasse no País - BNDES	–	22.190	100%	22.190
Total de Captações	349.610	485.130	39%	135.520

2.2.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 425,8 milhões em 30 de junho de 2012, comparado a R\$ 418,9 milhões em junho de 2011. A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do exercício. O Banco recebeu de seu acionista - a Caixa Geral de Depósitos, uma capitalização de R\$ 277 milhões no decorrer do ano de 2010 e, o mesmo determinou que os resultados do ano de 2010, 2011 e do primeiro semestre de 2012 fossem destinados à constituição de uma reserva de lucro.

2.2.4 Índice da Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos a compromissos de crédito, ponderados por fator de risco; b) Risco de Mercado - parcela de exigência de capital para as exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros, do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação e de taxa de juros não classificadas na carteira de negociação; e c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O Banco Caixa Geral - Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.477/09 do Bacen, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) com maior detalhamento no endereço eletrônico www.bcgbrasil.com.br.

Em 30 de junho de 2012, o índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral, composto pelo Banco Caixa Geral Brasil e CGD Investimentos, Corretora de Valores e Câmbio S.A., é de 30,12%, o que demonstra que o Banco continua bastante capitalizado.

3 RANKINGS

A ANBIMA divulga as seguintes classificações do Banco relativas ao primeiro semestre de 2012:

- 8º colocado em emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários no 1º semestre de 2012 - Renda Fixa.
- 9º colocado em Securitizações no 1º semestre de 2012 - Renda Fixa.
- 11º colocado em Renda Fixa de Curto Prazo no 1º semestre de 2012 por montante total de operações.

BACEN

37º no Ranking de Câmbio do Banco Central do Brasil para o 1º semestre de 2012, 10 posições acima se comparado a dezembro de 2011.

4 OPERAÇÕES QUE MERCEM DESTAQUE

- Assessor Financeiro da Foz do Brasil e da Águas do Brasil (as duas maiores empresas privadas de saneamento brasileiras) na fase de pré-leilão e na estruturação e montagem do financiamento complementar ao financiamento sênior da maior concessão de saneamento do Brasil (AP-05 na cidade do Rio de Janeiro), no montante de R\$ 98 milhões.
- Coordenador Subcontratado da Emissão de CRI da BR-Petrobras no montante de R\$ 512 milhões.
- Coordenador Contratado na Emissão de Debêntures do BNDESPar no montante de R\$ 2 bilhões.
- Coordenador da Emissão de Debêntures da Supremo Cimentos adquirida pela Semapa (Portugal) no montante de R\$ 128 milhões.

5 AGÊNCIAS DE RATING

O Banco possui os seguintes ratings em escala nacional pela Fitch Ratings:

- Rating Nacional de Longo Prazo A+ (bra).
- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra).
- Rating de Suporte 3.

Desde 2010, a RISKbank também efetua análise e classificação do Banco, que é classificado como sendo de baixo risco no curto prazo.

6 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte de um Conselho Consultivo com inquestionável experiência de negócios em Portugal e no Brasil. Em 2012, o modelo de governança foi fortalecido com a criação dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos em apoio ao Conselho de Administração e integrados por membros deste, sendo o Comitê de Auditoria presidido por um dos membros independentes, que revisaram as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

7 GESTÃO DE RISCOS

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apóia-se nos seguintes princípios:

- independência da função de riscos;
- envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil através da sua área de Controles Internos vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

8 RECURSOS HUMANOS

Em junho de 2012, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 67 colaboradores, apresentando um crescimento de 26,4% quando comparado ao efetivo de junho de 2011. O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco conta com 17 estagiários em junho de 2012, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

9 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Ciente de sua responsabilidade para com a sociedade, o Banco Caixa Geral - Brasil mantém o apoio a projetos que incentivem uma sociedade mais solidária. Para tanto, continuou a atuar em parceria com instituições e fundações com reconhecida experiência no campo social e cultural. As principais atividades de 2012 foram:

- Instituto Tomie Ohtake**
Apoio institucional às atividades do ano de 2012 do prestigioso centro cultural estabelecido na cidade de São Paulo e focado nas tendências da arte brasileira e internacional dos últimos 50 anos.
- Projeto Quixote - Uma outra história**
Apoio ao projeto que cuida de jovens carentes de alto risco no Centro de São Paulo, Cracolândia, Praça da Sé, República, procurando integrar esses jovens de alto risco na sociedade, trabalhando com questões como a violência, abandono, educação, saúde e abuso de drogas. O projeto é reconhecido no cenário nacional e é uma referência no setor, tendo sido premiado pela UNICEF, ABRINQ, Fundação SCHWAB, entre outros.
- Fundação Dorina Nowill - Projeto de Educação Especial para Crianças e Adolescentes Cegos**
Apoio à produção e distribuição de livros infantis em Braille em tinta e em áudio para crianças com e sem deficiência visual, os quais serão entregues a 12.000 escolas e bibliotecas.
- Instituto Olga Kos - Iniciação ao karatê-do para jovens com deficiência intelectual**
Apoio a crianças e jovens carentes com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual através de arte, cultura e esporte.

10 AGRADECIMENTOS

A Diretoria do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que nos depositam confiança, a seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos, agradecemos a colaboração.

A Diretoria Executiva

1 FATOS RELEVANTES DE 2012

Conclusão da aquisição de 50% da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., a qual passou a se chamar CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., sendo os restantes 50% detidos pela Caixa - Banco de Investimento S.A., entidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos, sediada em Portugal e responsável pelos negócios de corretagem do Grupo.

2 DESEMPENHO

2.1 Resultado

O Banco Caixa Geral - Brasil obteve no semestre findo em 30 de junho de 2012 um lucro líquido de R\$ 7,4 milhões, comparado com R\$ 5,4 milhões para o mesmo período de 2011, apresentando um crescimento de 37%.

Na obtenção desse resultado destaca-se o significativo crescimento do Resultado Bruto da Intermediação Financeira, positivamente influenciado por ganhos em produtos de tesouraria, pelo crescimento das operações de crédito ao longo do período e por menores provisões de crédito, quando comparados ao mesmo período de 2011.

As despesas totais do Banco tiveram um incremento de 19% quando comparadas ao mesmo período de 2011, explicado pelo aumento no quadro de colaboradores que passou de 53 para 67 funcionários e nas melhorias de infraestrutura, tais como a ampliação das instalações em São Paulo e a implementação de uma agência no Rio de Janeiro.

O Resultado Operacional de R\$ 13,1 milhões apresentou melhora expressiva quando comparado ao mesmo período de 2011, com crescimento de 96%.

2.2 Ativos e Passivos

2.2.1 Ativos Totais e Carteira de Crédito

Os ativos totais atingiram R\$ 983,7 milhões em 30 de junho de 2012, os quais comparados a R\$ 844,6 milhões em junho de 2011, apresentam um crescimento de 16,5%. Em junho de 2012, os ativos totais estão representados, principalmente por: R\$ 206,4 milhões de Operações de Crédito e R\$ 210,9 milhões de Títulos e Valores Mobiliários Privados.

Carteira de Crédito (BRL 000)	jun/11	jun/12	Δ %	Δ Valor
Operações de Crédito	259.756	206.337	-21%	(53.419)
Outros Créditos	20.728	–	-100%	(20.728)
TVM (Títulos de Crédito Privado)	90.601	210.869	133%	120.268
Garantias, Fianças e Avais	229.605	324.051	41%	94.446
Total Carteira de Crédito	600.690	741.257	23%	140.567

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

	2012	2011
Ativo	983.688	844.556
Circulante	662.531	406.889
Disponibilidades	253	997
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	210.787	28.261
Aplicações em operações compromissadas	206.612	27.198
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.175	1.063
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	330.120	229.444
Carteira própria	228.867	166.451
Vinculados a compromissos de recompra	9.379	–
Vinculados à prestação de garantias	89.297	58.159
Instrumentos financeiros derivativos	25.329	4.834
Relações Interfinanceiras	160	151
Pagamentos e recebimentos a liquidar	109	151
Créditos vinculados	51	–
Operações de Crédito	106.837	79.753
Operações de crédito	108.300	80.532
Setor privado	108.300	80.532
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.463)	(779)
Outros Créditos	13.931	68.264
Carteira de câmbio	5.317	31.986
Rendas a receber	1.369	402
Negociação e intermediação de valores	17	–
Diversos	25.786	50.411
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(18.558)	(14.535)
Outros Valores e Bens	443	19
Despesas antecipadas	443	19
Realizável a Longo Prazo	229.790	435.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.114	205.049
Aplicações em operações compromissadas	–	201.965
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.114	3.084
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	114.352	53.220
Carteira própria	56.400	47.381
Vinculados a compromissos de recompra	25.329	–
Vinculados à prestação de garantias	1.416	1.277
Instrumentos financeiros derivativos	30.207	4.562
Operações de Crédito	96.210	177.198
Operações de crédito	97.352	179.223
Setor privado	97.352	179.223
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.142)	(2.025)
Outros Créditos	12.114	95
Rendas a receber	70	3
Diversos	12.044	92
Permanente	91.267	2.105
Investimentos	89.181	27
Participação em controlada	89.181	27
Outros investimentos	–	–
Provisão para perdas	(2)	(2)
Imobilizado de Uso	1.462	1.150
Outras imobilizações de uso	1.983	1.480
Depreciações acumuladas	(521)	(330)
Diferido	631	734
Gastos de organização e expansão	1.699	1.440
Amortizações acumuladas	(1.068)	(706)
Intangível	93	194
Outros ativos intangíveis	1.056	820
Amortizações acumuladas	(963)	(626)
Total do Ativo	983.688	844.556

	2012	2011
Passivo	983.688	844.556
Circulante	308.746	360.730
Depósitos	238.274	201.638
Depósitos à vista	1.379	654
Depósitos interfinanceiros	187.242	50.984
Depósitos a prazo	49.653	150.000
Captações no Mercado Aberto	21.239	93.584
Carteira própria	21.239	–
Carteira livre movimentação	–	93.584
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.287	–
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.287	–
Relações Interfinanceiras	145	88
Recebimentos e pagamentos a liquidar	145	88
Relações Interdependências	346	–
Recursos em trânsito de terceiros	346	–
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.062	–
Empréstimos no exterior	6.062	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.390	4.722
Instrumentos financeiros derivativos	13.390	4.722
Outras Obrigações	28.003	60.698
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	19	33
Carteira de câmbio	4.603	32.400
Sociais e estatutárias	171	171
Fiscais e previdenciárias	6.696	8.116
Negociação e intermediação de valores	9.350	117
Diversas	7.164	20.221
Exigível a Longo Prazo	248.728	64.647
Depósitos	173.667	53.238
Depósitos a prazo	153.353	53.238
Depósitos interfinanceiros	20.314	–
Captações no Mercado Aberto	16.002	–
Carteira própria	16.002	–
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.408	1.150
Obrigações por emissão de letras financeiras	6.408	1.150
Obrigações por Empréstimos e Repasses	22.190	–
Repasse no país - Instituições oficiais	22.190	–
BNDES	10.029	–
Finame	12.161	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.788	7.365
Instrumentos financeiros derivativos	24.788	7.365
Outras Obrigações	5.673	2.894
Fiscais e previdenciárias	1.902	1.847
Diversas	3.771	1.047
Resultado de Exercícios Futuros	380	229
Rendas antecipadas	380	229
Patrimônio Líquido	425.834	418.950
Capital social	400.000	400.000
De domiciliados no exterior	400.000	400.000
Reservas de lucros	25.832	19.200
Ajuste ao valor de mercado - TVM	2	(250)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	983.688	844.556

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	400.000	Legal 601	–	–	413.864
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	(319)	(319)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	5.405	5.405
Destinação do lucro líquido:					
Constituição de reservas	–	270	–	(5.045)	–
Saldos em 30 de Junho de 2011	400.000	871	–	–	418.950
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	400.000	1.312	–	(180)	418.258
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	182	182
Lucro líquido do semestre	–	–	–	7.394	7.394
Destinação do lucro líquido:					
Constituição de reservas	–	370	–	(7.394)	–
Saldos em 30 de Junho de 2012	400.000	1.682	–	2	425.834

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais)

(iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "Títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **f) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados seguindo os seguintes critérios: **• Operações a termo:** pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da flutuação dos contratos até a data das demonstrações financeiras; **• Operações de futuros:** os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do período; **• Operações de swaps:** os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro-rata" dia até a data das demonstrações financeiras; **• Opções:** os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do período. **g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela Administração, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegotiadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **h) Moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. **i) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. **j) Permanente: • Investimentos:** A participação em sociedade controlada, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessa controlada, é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. **• Imobilizado de uso:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil-econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. **• Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **k) Ativos contingentes, obrigações legais e provisão para risco:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;** **• Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;** **• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;** e **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. **m) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.**

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2012		2011			
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	11.425	21.295	32.720	4.611	4.785	9.396
Swap - diferencial a pagar	(25.793)	(12.385)	(38.178)	(8.162)	(3.925)	(12.087)
Total Swap	(14.368)	8.910	(5.458)	(3.551)	860	(2.691)
NDF - a receber	-	64	64	-	-	-
Total NDF	-	64	64	-	-	-
Total	(14.368)	8.974	(5.394)	(3.551)	860	(2.691)

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de Swap, *Non Deliverables Forward* - NDF e Futuros, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2012			2011		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Swap - posição ativa	230.500	24.438	68.500	238.867	562.305	210.278
Swap - posição passiva	239.874	91.300	22.000	197.302	550.476	524.719
NDF - posição ativa	49.860	-	-	-	49.860	-
Futuros - posição comprada	103.276	426.656	39.115	18.443	587.490	281.346
Futuros - posição vendida	101.688	2.616	166.137	59.547	329.988	144.008
Total	725.198	545.010	295.752	514.159	2.080.119	1.160.351

c) Composição por indexador

	2012			2011		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap	32.720	-	562.305	4.785	-	210.278
Dólar x Libor	11.660	-	147.302	2.891	-	137.744
Euro x CDI	1.621	-	32.025	-	-	-
IPCA x CDI	14.761	-	280.340	-	-	-
CDI x IPCA	-	-	-	1.543	-	50.000
Pré x CDI	4.614	-	78.200	-	-	-
CDI x Libor	-	-	-	351	-	22.534
CDI x Dólar	64	-	24.438	-	-	-
Posição passiva	-	(38.178)	550.476	-	(3.925)	524.719
Libor x CDI	-	-	-	-	(81)	208.540
IPCA x CDI	-	-	-	-	(896)	22.834
CDI x Dólar	-	(7.601)	91.300	-	-	-
CDI x Euro	-	(22)	1.074	-	-	-
CDI x Libor	-	(3.314)	22.000	-	-	-
Libor 1M x Dólar	-	(9.344)	169.302	-	(2.748)	137.745
CDI x IPCA	-	(17.897)	266.800	-	-	155.600
Total de operações de Swap	32.720	(38.178)	1.112.781	4.785	(3.925)	734.997

Operações de Swap

Posição ativa

Dólar x Libor

Euro x CDI

IPCA x CDI

CDI x IPCA

Pré x CDI

CDI x Libor

CDI x Dólar

Posição passiva

Libor x CDI

IPCA x CDI

CDI x Dólar

CDI x Euro

CDI x Libor

Libor 1M x Dólar

CDI x IPCA

Total de operações de Swap

Operações de NDF

Posição ativa

Total de operações de NDF

Operações de Futuros

Posição comprada

DDI

DI1

DOL

IND

Posição vendida

DDI

DI1

DOL

EUR

IND

Total de operações de Futuros

Total

d) Valor de referência por local de negociação

	Bolsa	Balcão	Total	Total
	BM&FBOVESPA	(Cetip)	2012	2011
Operações de swap	625.341	487.440	1.112.781	734.997
Operações de NDF	-	49.860	49.860	-
Operações de Futuros - comprada	587.490	-	587.490	281.346
Operações de Futuros - vendida	329.988	-	329.988	144.008
Total	1.542.819	537.300	2.080.119	1.160.351

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011.

	2012		2011			
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	60.390	(61.964)	1.574	26.105	(25.286)	819
NDF	2.488	(2.003)	485	11.779	(6.788)	4.991
Opções	25.509	(25.109)	400	-	-	-
Contrato de futuros	107.702	(101.370)	6.332	46.580	(48.155)	(1.575)
Total	196.089	(190.446)	5.643	84.464	(80.229)	4.235

f) Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia na BM&FBOVESPA das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2012 e de 2011 tem a seguinte composição:

	2012	2011
	Letras do Tesouro Nacional - LTN	89.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	58.159
Total	89.297	58.159

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$1.416 (R\$1.273 em 2011) vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

8. GESTÃO DE RISCOS

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades estão seguindo as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões de alta direção. **I - Risco de Mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportadas as demais medidas de controle de risco de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: **• Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos; **• Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos); **• Alerta de Stop Loss:** Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo; **• Sensibilidade (PV01):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 30 de junho de 2012, o VaR ao qual o Banco estava exposto era de R\$1.157 (R\$1.150 em 2011). **II - Risco de Crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações de forma pactuada, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário. **III - Risco Operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento aperfeiçoado não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico. **IV - Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descausamentos" - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir uma caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2012 e de 2011, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	2012	2011
Capital de giro	183.258	241.313
Notas de crédito à exportação - NCE	-	18.442
Financiamento - Fime	12.200	-
Financiamento - Exim	10.036	-
Financiamento de títulos e valores mobiliários	158	-
Total de operações de crédito	205.652	259.755
Outros créditos e títulos a receber (*)	18.555	35.056
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	685	-
Total da carteira de crédito	224.892	294.811
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.605)	(2.804)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(18.558)	(14.535)
Total da provisão	(21.163)	(17.339)
Circulante	107.519	100.274
Realizável a longo prazo	96.210	177.198

(*) Em 30 de junho de 2012, refere-se a operação de títulos e créditos a receber de direitos a serem sub-rogados de R\$18.555 (R\$14.328 em 2011), registrados na rubrica "Outros créditos" (vide nota 11). Em 30 de junho de 2011, refere-se também às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito sem coobrigação.

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2012	2011
Sector Privado:		
Indústria	64.006	122.116
Comércio	28.980	26.407
Outros	131.906	146.288
Total	224.892	294.811

c) Composição da carteira por vencimento

	2012			2011		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	151 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Total
Capital de giro	23.309	33.998	51.435	75.116	183.258	241.313
Notas de crédito à exportação - NCE	-	-	-	-	-	18.442
Financiamento à importação	-	-	-	22.236	22.236	-
Financiamento de títulos e valores mobiliários	158	-	-	-	158	-
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC	-	685	-	-	685	-
Outros títulos e créditos a receber (nota 11)	-	-	-	18.555	18.555	35.056
Total	23.467	34.083	51.435	115.907	224.892	294.811

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2012		2011		
	Faixa de provisão - %	Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	19.979	-	-	-
A	0,50%	4.341	(22)	85.670	(428)
B	1,00%	143.708	(1.437)	163.038	(1.630)
C	3,00%	38.309	(1.149)	31.775	(953)
Total		206.337	(2.608)	280.483	(3.011)
Direitos a serem sub-rogados	100%	18.555	(18.555)	14.328	(14.328)
Total		224.892	(21.163)	294.811	(17.339)

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldo no início do semestre	(19.801)	(1.933)
Provisão constituída	(1.362)	(15.406)
Saldo ao final do semestre	(21.163)	(17.339)

f) Cessões de crédito, créditos recuperados e créditos recuperados: Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, não houve operações de cessão de créditos. As recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como receitas de operações de crédito no montante de R\$111 (R\$6 em 2011) no semestre findo em 30 de junho de 2012.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2012	2011
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	3.072	15.670
Direitos sobre vendas de câmbio	2.245	16.316
Total	5.317	31.986
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	2.348	16.200
Obrigações por compras de câmbio	2.940	15.840
Adiantamento sobre contrato de câmbio (vide nota 9.a)	(

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	2012	2011
Depósito para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	171	171

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	2012	2011
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (vide nota 18.a)	1.902	3.120
Imposto de renda e contribuição social	480	5.647
Impostos e contribuições a recolher	992	1.115
Impostos e contribuições diferidos (vide nota 19.c)	5.224	81
Total	8.598	9.963
Circulante (*)	6.696	8.116
Exigível a longo prazo	1.902	1.847

(*) Em junho de 2011, a Administração classificou parte da provisão para riscos fiscais, no montante de R\$1.273, no curto prazo, devido à adesão ao REFIS (vide nota 18.d).

c) Diversas

	2012	2011
Valores a pagar a sociedades ligadas	37	14.328
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	830	1.329
Provisão para contingências civis (vide nota 18.b)	110	131
Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (vide nota 18.b)	182	179
Provisão para despesas pessoal (**)	8.711	4.207
Fornecedores a pagar	702	639
Outras	363	455
Total	10.935	21.268
Circulante (*)	7.164	20.221
Exigível a longo prazo	3.771	1.047

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$324.051 (R\$207.012 em 2011), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$830 (R\$1.329 em 2011), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99. (***) O valor da provisão para despesas de pessoal inclui o montante de R\$3.290 (R\$2.184 em 2011) referente ao Programa de Participação nos Lucros e Resultados de funcionários e remuneração de dirigentes (vide nota 23).

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, civis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financeiro Português, em "Liquidação Ordinária", para que assim pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos no primeiro semestre de 2012, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reanunciou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.b). Assim, o Banco possui provisões para contingências de natureza fiscal e civil, oriundas do Banco Financeiro Português, nos montantes de R\$1.902 (R\$3.120 em 2011) e R\$110 (R\$131 em 2011), respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas".

a) Obrigações legais e contingências fiscais

Descrição	2012		2011	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
Contribuição social (i)	361	-	347	-
PIS (ii)	1.469	-	1.428	-
Subtotal	1.830	-	1.775	-
Contingências fiscais:				
CPMF (iii)	-	-	1.273	1.273
ISS (iv)	-	1.416	-	1.277
IRPJ	72	-	72	-
Subtotal	72	1.416	1.345	2.550
Total	1.902	1.416	3.120	2.550

(i) Referem-se, principalmente, a autuações sofridas pelo não-recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. (ii) Referem-se, principalmente, a processo de compensação de PIS repique dos anos de 1995 a 2002. (iii) Referem-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$1.416. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota. (iv) Referem-se, principalmente, a auto de infração por atraso na entrega de declarações e falta de informação de Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). Em 30 de setembro de 2009, foi requerido pelo Banco a desistência da impugnação e a extinção da exigência fiscal em adesão ao REFIS, sendo homologado pela Secretária da Receita Federal em 2 de dezembro de 2011 (Nota 18.d).

b) A movimentação das provisões passivas para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	2012		2011		Total
	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências civis e trabalhistas	Obrigações legais e contingências fiscais	Contingências civis e sucumbências	
Saldo em 31/12/2010	3.914	111	1.155	1.217	6.398
Constituição	51	-	-	-	51
Baixas	(845)	(111)	(1.024)	(1.038)	(3.018)
Saldo em 30/06/2011	3.120	-	131	179	3.431
Saldo em 31/12/2011	1.878	-	110	182	2.170
Constituição	24	-	-	-	24
Saldo em 30/06/2012	1.902	-	110	182	2.194

(*) Devido aos julgamentos favoráveis ocorridos no primeiro semestre de 2011 e consequente reequilíbrio do balanço patrimonial do Banco, para risco de perda remota, a Administração reverteu as provisões anteriormente constituídas. c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e civis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	2012		2011		Total
	Obrigações legais e contingências fiscais	Contingências civis e sucumbências	Obrigações legais e contingências fiscais	Contingências civis e sucumbências	
Prováveis	361	292	347	347	79
Possíveis	3.050	1.015	100	72	204
Remotas	1.480	-	6.612	2.701	1.023
Total	4.891	1.309	7.059	3.120	1.306

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia lei nº 11.941/2009). Em 30 de setembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
CPMF	998	1.091	2.089	1.273

Em junho de 2011 o saldo da provisão e o depósito judicial totalizam a R\$1.273. O referido REFIS foi homologado pela Secretaria da Receita Federal e a provisão e o depósito judicial anteriormente constituída foram revertidos em 31 de dezembro de 2011.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2012	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.158	6.687
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.263)	(2.675)
Adições/exclusões na apuração do imposto:	(501)	1.393
Despesa com gratificação e benefícios	(232)	(408)
Reversão de Provisões Constituídas em anos anteriores (*)	81	1.017
Resultado de Equivalência Patrimonial	(272)	-
Outras	(45)	-
Compensação de créditos tributários de períodos anteriores	(33)	784
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre	(5.764)	(1.282)

(*) Referem-se, basicamente, as provisões para contingências civis e fiscais, referente ao Banco Financeiro Português (nota 19.c) que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido as exigências da Resolução CMN nº 3.535/08. Em junho de 2011, representado, principalmente, pela reversão de provisões operacionais. b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$14.449 (R\$9.918 em 2011), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.465	6.935
Marcação a Mercado - Futuro	2.062	-
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	1.996	874
Provisão para contingências fiscais	1.427	1.248
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	332	532
Outras	167	329
Total	14.449	9.918

c) Composição de obrigações diferidas

Ajustes de marcação a mercado de derivativos (*)
Total de obrigações diferidas
(*) Provisão para impostos e contribuições diferida foi apurada com base nos ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 (nota 17.b).

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Constituição/ (realização)	Saldo em 30 de junho de 2012
Provisão para contingências fiscais	1.411	16	1.427
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4.410	(2.414)	1.996
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	559	(227)	332
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.921	544	8.465
MTM Futuro	-	2.062	2.062
Outras	493	(326)	167
Saldo de créditos tributários	14.794	(345)	14.449
Ajuste MTM derivativos	(160)	(5.064)	(5.224)
Saldo de obrigações diferidas	(160)	(5.064)	(5.224)

e) Créditos tributários não registrados: O Banco apresenta créditos tributários de diferenças temporárias oriundas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas em ativo permanente no montante de R\$256 (R\$1.354 em 2011) do Banco Financeiro Português. Estas diferenças temporárias serão reconhecidas quando efetivamente realizadas. f) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas: Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	12.033	371	115	167	1.763	14.449
Obrigações diferidas	-	(5.224)	-	-	-	(5.224)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$13.284 e R\$(4.822) respectivamente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, em 30 de junho de 2012 e de 2011, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000. b) Dividendos: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2012, no montante de R\$7.394, foi destinado para reservas de expansão no montante de R\$7.024 e reserva legal no montante de R\$370.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2012 foi prevista em Assembleia Geral Ordinária de 25 de agosto de 2011, sendo fixada no montante de R\$5.700 (R\$5.700 em 2011), e considera salários, encargos e benefícios. No semestre findo em 30 de junho de 2012, foi pago aos Administradores o montante de R\$1.897 (R\$1.435 em 2011). b) Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2012 e de 2011:

	Grau de relação	2012		2011	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		83	-	-	-
Câmbio - posição ativa					
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		2.308	-	-	-
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		52	-	55	-
Caixa Banco de Investimento Ligada		21.401	-	14.328	-
CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Controlada		10	-	2	-
Despesas antecipadas					
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		426	(352)	-	-
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Controlada		89.926	(681)	-	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		(7)	(1)	-	-
CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Controlada		(314)	-	-	-
Caixa Banco de Investimento Ligada		(5.372)	(247)	-	-
CGD Investimentos, CVC Ligada		(133.955)	(242)	-	-
Administradores Pessoal-chave		(1.430)	(53)	(818)	-
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York Ligada		(6.062)	(19)	-	-
Câmbio - posição passiva		-	-	-	-
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		(2.348)	-	-	-
Outras obrigações diversas		-	-	-	-
Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora		(526)	-	(174)	-
Caixa Banco de Investimento Ligada		(34)	-	-	-

Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações

Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa Controladora	-	14	-	13
CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Controlada	-	17	-	13
Banco Nacional Ultramarino Ligada	-	965	-	-
Caixa Banco de Investimento Ligada	-	2.160	-	898
Outras receitas operacionais				
CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Controlada	-	45	-	-

O Banco assinou, em 28 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012 e prazo de utilização dos recursos de até três anos.

22. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASELEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução 3.490/07 do CMN o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basileia

	2012	2011
Risco de crédito - PEPR	120.509	70.957
Riscos de mercado - PJURs e PACS	27.839	6.154
Risco Operacional - POPR	19.387	4.093
Patrimônio de referência exigido - PRE	167.735	81.204
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	459.253	418.388
Índice da Basileia (*)	30,12%	56,67%

(*) Em 30 de junho de 2012, o índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral, o qual é composto pelo Banco e sua controlada indireta, a CGDI CVC corresponde a 30,12%. Em junho de 2011 o índice, calculado para o Banco como instituição financeira individual, representava 56,67%.

b) Limites de imobilização: As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2012 este limite é controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos e corresponde a 13,81%. Em junho de 2011, o controle feito com base no Banco como instituição financeira individual, representava 0,33%.

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 30 de junho de 2012, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo em 06 de junho de 2012. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em razão disso, a Administração deliberou sobre a constituição de provisão no montante de R\$3.290 (R\$2.184 em 2011), a ser efetivamente liquidada em 2013. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2012 e de 2011 estão assim representadas:

	2012	2011
Comissão de estruturação e assessoria em operações	4.254	7.068
Rendas garantias prestadas	2.122	1.672
Outras	546	36
Total de receitas de prestação de serviços	6.922	8.776

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e de 2011 estão assim representadas:

	2012	2011
Processamento de dados	2.507	2.642
Aluguel	1.414	943
Serviços técnicos especializados	955	856
Depreciação e amortização	478	404
Serviços do sistema financeiro	600	305
Viagens	552	304
Comissões pagas (nota 28.d)	421	-
Publicações	199	256
Seguros	154	211
Manutenção e conservação de bens	254	171
Comunicação	231	157
Vigilância e segurança	143	132
Serviço de terceiros	63	78
Transportes	69	55
Outras	607	587
Total	8.647	7.101